

## **COMUNIDADES TRADICIONAIS: As lutas/desafios por território, territorialidades e modo de vida na resistência da expansão das fronteiras do capital – Macapá – AP**

Manoel Osvanil Bezerra Bacelar<sup>1</sup>

### **Resumo**

O presente trabalho pesquisou sobre Comunidades Tradicionais: As lutas/desafios por territórios, territorialidades e modo de vida na resistência da expansão das fronteiras do capital – Macapá – Ap. O problema que ensejou o estudo foi: em que medida as comunidades tradicionais camponesas constituem e asseguram os seus territórios e os seus modos de vida à resistência da expansão das fronteiras criadas pelo capital mundial? Entende-se que este tema é mais um momento de reflexão que desperta interesse com frequência junto aos debates na comunidade científica, em questões políticas e socioambientais de interesse dos camponeses. Por conta disso, o objetivo geral foi: analisar em que medida as comunidades tradicionais camponesas constituem e asseguram os seus territórios e os seus modos de vida à resistência da expansão das fronteiras criadas pelo capital mundial. Esta intenção, dirimiu a empreitada em busca de respostas ao problema suscitado neste trabalho. Os instrumentos de coleta de dados foram: as fontes primárias, os dados bibliográficos, as observações participantes e as entrevistas. Os resultados obtidos foram: O território das comunidades tradicionais camponesas quilombolas surgem a partir de uma estrutura organizacional construída coletivamente pelos indivíduos territorialmente combinando, modos de produzir e de pensar a agir sobre a própria natureza da construção existencial dos seus modos de vida. Os modos de vida dos camponeses são dotados de historicidades e caracterizados pelos seus ritmos de existência específica, que se movem, gerando as suas territorialidades. Em função disso, constataram-se diversos conflitos nas relações internas e externas da comunidade, em função da instalação e da expansão das fronteiras do capital por meio do agronegócio. De modo que há pouca conexão dos saberes e das experiências dos camponeses ao conhecimento formal, no sentido de permitir a criar novos mecanismos, para o equilíbrio e o desenvolvimento das comunidades.

Palavras-chave: Territórios. Territorialidades. Comunidades Tradicionais. Modos de vida. Fronteiras do capital.

### **INTRODUÇÃO**

O trabalho em questão propõe-se apresentar as lutas/desafios por territórios, territorialidades e modo de vida construídos por Comunidades Tradicionais, na resistência à expansão das fronteiras do capital; registrados por meio de um relatório de observação e de vivências, junto aos cenários e aos seus desafios cotidianos, incluídos dentre muitos, as fronteiras do capital mundializado, as quais materializam-se por meio dos conflitos fundiários que envolvem tanto o acesso à terra, quanto a continuidade dos modos de vida da maioria das comunidades tradicionais desprotegidas dos direitos à participação e aos privilégios de políticas públicas de garantias que assegure jurídica e consuetudinariamente, a contiguidade do modo de vida, dos seus membros e dos seus descendentes. Em função do pouco

---

<sup>1</sup>Prof.º Msc do curso de Geografia/UNIFAP- Campus Marco Zero, nilpisca@yahoo.com.br

esclarecimento sobre estes aspectos verificou-se a importância em que esse trabalho pudesse ser capaz de contribuir para a compreensão da real situação em que se encontram as populações camponesas, as quais atuando no campo integram-se, constituindo-se parcela dos camponeses em nível nacional, uma massa de trabalhadores que vivenciam espaços onde convergem debates, agendas e mobilizações das mais diversas naturezas e, que dão prioridades às discussões sobre as fronteiras geradas pelo capital no campo amapaense, pois os territórios de enfrentamento produzidos pelos camponeses lhes autorizam responsabilizando-os a discutirem de forma real e na prática, o modelo de desenvolvimento pensado pelos diversos tipos segmentos sociais tradicionais, contrários a expansão das fronteiras do capital.

Todavia, os fundamentos que deram origem a construção deste trabalho surgem em função das pesquisas de campo, como atividade extensiva em forma de aulas proferidas por professores do doutorado interinstitucional UFG/UNIFAP, nas comunidades quilombolas do Mel e do Curiaú, que foram de grande importância no sentido de “experenciarmos”, o mundo vivido pelos sujeitos das comunidades. Pois, o conhecimento dos diversos mecanismos e dos instrumentos utilizados na construção e na compreensão do território, da territorialidade e do modo de vida constituído por eles naquelas comunidades, foi importante ao mesmo tempo, porque possibilitaram explorar aspectos que certificam-se de que os saberes e as experiências tradicionais utilizadas pelos quilombolas, mateiros, ribeirinhos dentre outros coletivos de indivíduos, são imprescindíveis, para a manutenção e para o desenvolvimento das suas atividades camponesas, assim como durante os enfrentamentos às imposições do capital mundial,

A partir dessas noções básicas foi relevante indagar: em quais medidas as comunidades tradicionais camponesas asseguram os seus territórios, as suas territorialidades e constituem o seu modo de vida, diante da expansão das fronteiras do capital, geradas pelo agronegócio? Dúvida, que impõem grandes dificuldades para o entendimento da ordem atual de que a resistência contínua, o equilíbrio e o desenvolvimento socioambientais aplicados por estas comunidades são resultantes das suas práticas e das experiências desenvolvidas por elas. As práticas e as experiências dão sentido à sua existência, fatores que nos permitem acreditar e, considerar também que os seus modos de organização socioeconômica e culturais,

enquanto marcas identitárias espaciais, produzem sentido e significados à existência dos seus territórios e dos seus lugares de vivência.

Assim, o objetivo deste artigo foi: descrever em quais medidas as comunidades tradicionais camponesas constituem e asseguram o seu território, a sua territorialidade e o seu modo de vida frente a expansão das fronteiras do capital. Essa perspectiva em conexões pode nos evidenciar certas situações vividas pelos camponeses, enquanto territorialidades tais como: as dificuldades em manter a posse das suas terras, a perda em grande parte da sua identidade, a substituição das suas atividades familiares em detrimento das estratégias coletivas e das parcerias entre comunidades, instituições públicas e privadas, dentre outros fatores que contribuem para a instabilidade e a pouca resistência destas comunidades frente as imposições determinadas pelo capital global. Fatos em que, ainda se manifestam como rastros do mundo contemporâneo, na medida em que os territórios e os lugares constituídos, a partir das potencialidades, da criatividade e das habilidades desenvolvidas pelos camponeses, pouco tem assegurado os direitos individuais e coletivos da posse da terra e dos meios de produção frente a imposição hegemônica do capital mundial.

## **AS LUTAS/DESAFIOS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS POR TERRITÓRIOS, TERRITORIALIDADES E MODO DE VIDA COMO RESISTÊNCIA NA EXPANSÃO DAS FRONTEIRAS DO CAPITAL.**

### **OS TERRITÓRIOS DAS COMUNIDADES DO MEL E DO CURIAÚ**

As perspectivas para a elaboração deste relatório-artigo surgiram dentre uma das atividades em campo, durante as aulas do curso de doutorado em geografia DINTER UFG/UNIFAP, no sentido de melhor constatar e compreender teoricamente e, na prática sobre os modos de construção dos territórios, das territorialidades e do modo de vida, das comunidades tradicionais, enquanto instrumentos de enfrentamentos contrários, às fronteiras de expansão do capital, uma vez que estas categorias/conceitos surgem a partir de uma estrutura organizacional construída coletivamente pelos indivíduos territorialmente, combinando modos de produzir e de pensar a agir sobre a própria natureza da construção existencial dos modos de vida das comunidades camponesas do Mel e do Curiaú. O território geopolítico da comunidade do Mel, está localizado, a altura do km 30 da BR 156, no sentido sul/norte do Estado do Amapá, as margens de um dos braços/afluentes do rio Curiaú que

passa em frente a comunidade, abrangendo uma área de um total de 2, 6 mil hectares de terras, sobreposta a Área de Preservação Ambiental (APA) do Curiaú.

A origem do nome dado ao território quilombola conforme informações dadas por um dos moradores, foi em detrimento de que em 1954, uma pessoa de nome Antônio Bráulio de Souza, pai do informante chamado Manoel, ao comprar a área, em parte composta de ressaca (ambiente conhecido regionalmente por essa denominação), foi constatado que aquele território também se constituía de vegetação de campo e de matas ciliares e, que, em diversas árvores de portes maiores existiam muitas abelhas e muitas colmeias armazenadoras de mel. Antes aos indícios constatados, perceberam que, nas comunidades quilombolas do mel e do Curiaú, as atividades camponesas frutos dos seus aspectos socioculturais são os elementos que asseguram o próprio modo de produzir os seus territórios e os seus modos de vida, como mecanismo utilizado para proporcionar os enfrentamentos à expansão das fronteiras desenhadas e emplacadas pelo capital, no território do Estado do Amapá.

Todavia, para fundamentar a possibilidade intencional de discussão teórica-conceitual sobre território foi preciso recorrer a compreensão resumidamente defendida por alguns autores sobre esta categoria, dentre eles Dematteis (1981) dito por Saquet (2007, p. 53), quando se refere ao entendimento do território “como produto de conflitos e de contradições sociais”, para adiante inferir-lhes a noção geopolítica, cultural e simbólica de sua natureza. Nessa perspectiva, na primeira ideia, o conceito de território constantemente e, amplamente sempre foi utilizado na sociedade, conforme os ditames da hegemonia global desde o início da formação do Estado Moderno, como parâmetros de conquistas e de controle de territórios relacionados a delimitação de fronteiras em diversas áreas, todavia, reivindicadas por vias diplomáticas ou conflitivas, demonstrando o seu caráter de poder e de domínio, exatamente sob perspectivas das fronteiras criadas pelo capital.

No segundo momento ao pensar por este artigo, sobre as comunidades camponesas quilombola do Mel e do Curiaú, leva-se em consideração não só a natureza das funções estratégicas agregadas ao conceito de território geopoliticamente, enquanto um ente constituído de territorialização jurídico, político, técnica, econômica e social, enquanto fronteiras conflitivas, mas, também agrega e soma as suas representações e as suas lógicas culturais e simbólicas que lhes são atribuídas em função de que os camponeses utilizam estes outros mecanismos geridos entre eles, no sentido de contraporem-se as determinações

fronteiriças impostas pelo ordenamento do capital mundial. Este entendimento sobre a construção dos territórios camponeses passa a apresentar melhor esclarecimento, a partir do que pensa Almeida quando diz: “é da diversidade dos grupos sociais que resulta aquela dos territórios – a dimensão, as configurações espaciais e as funcionalizações dos territórios” (ALMEIDA, 2005, p. 105), como instrumentos próprios, de proteção dos grupos sociais camponeses.

## **TERRITORIALIDADES E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MEL E DO CURIAÚ**

Durante os estudos sobre os territórios como portadores de ideologias, de representações simbólicas do inconsciente, de relações diversas e de base material, foi possível nos conduzirem a uma abordagem diferenciada da territorialidade, a qual no pensar de Almeida (2008, p. 316), está presente e apresenta “uma imagem do mundo, subjetiva e evolutiva”, porque, tende a considerar-se que outros aspectos de sua estrutura, ainda desconhecidos podem manifestar-se, para compor a natureza da sua constituição. Por conta disso, há necessidade de aprofundar-se nos estudos sobre territorialidades e seus conceitos em processo de definição, assim como, sobre as funções destas territorialidades representadas por diversas instâncias como: sociais, econômicas, políticas, ideológicas e culturais, no sentido de proporcionar-lhes claras e contundentes respostas a compreensão das atitudes e das ações intrínsecas desenvolvidas por comunidades tradicionais na efetivação das suas territorialidades sejam dos quilombolas, dos mateiros, dos ribeirinhos agricultores e dos camponeses tradicionais na formação dos seus modos de vida.

Isso ocorre porque muitos elementos constitutivos do território e do modo de vida, destas comunidades podem modificar-se dentro o seu próprio território, assim como intraterritórios, manifestando-se como outras ou novas fronteiras a serem contornadas por elas. Em se tratando de comunidades tradicionais, as quais o quilombo do mel e do Curiaú, sempre mantiveram e ainda os mantem as suas subsistências sustentadas a partir da agricultura e da criação reduzida de gado, por si só, explicam a pouca evolução agropecuária e de outras formas de economia, em função de que, desde a ocupação das terras por estas

comunidades, no Amapá, as suas estratégias de desenvolvimento sempre estiveram pautadas, com base nas políticas de territorialização da gestão com interesses na exploração dos recursos naturais ligados à expansão das fronteiras do capital mundial, estratégias que tem contribuído ao longo dos períodos de ocupação dos territórios dos camponeses do Amapá, para a destruição das suas potencialidades e criatividade desenvolvidas pelo modo de vida sustentável daquelas comunidades, como forma de apropriação, controle e exploração da renda da terra.

Por conta destes fatores, entende-se como territorialidades, as imbricações/efeitos resultantes das funções determinadas pelos elementos que constituem os pilares de mobilidade dos modos de vida produzidos por comunidades camponesas, enquanto aquela espécie de estrutura de combate a expansão das fronteiras impostas pelo capital, em que combina-se modo de produzir e de pensar a agir por meio da sua própria natureza existencial, as quais permanecem ainda, essencialmente agro rurais, sempre determinado pelo cotidiano e pelas práticas culturais, pelas percepções da natureza e pelas condições das moradias ocupantes dos espaços territoriais no, somados a outros elementos representativos que constituem as territorialidades, no contexto do território do camponês negro, do mateiro, do índio dentre outros elementos tais como: o roçado de milho, do feijão, da banana, da mandioca, a pequena criação diversificada de animais e a fábrica de produção de farinha. Esta, já em condições de funcionamento coletivo, em parceria entre as famílias das comunidades e o Governo federal, as quais subsistem recebendo reduzido apoio, porque são intermediadas por meio da assistência técnica proporcionada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que é insignificante à evolução das comunidades. Nessa perspectiva, os elementos que constituem a territorialidade dos modos de vida destas populações, são representados também pelos sentimentos de identidades assumidas e vividas pelos sujeitos tais como: de ser negro, de serem agricultores ou/e quilombolas camponeses dentre outros caracteres. Essa forma de assumirem-se enquanto tais não impede esses grupos sociais de terem relações com grupos considerados diferentes, todavia é preciso propor limites, para impedi-los de aceitar o que pode ameaça-los de desprendimento dos seus valores essenciais (CLAVAL, 1995 citado por ALMEIDA, 2004, p. 112)

## **MODOS DE VIDA: COMUNIDADES DO MEL E DO CURIAÚ**

Por ocasião anterior neste artigo, já foi demonstrado que modo de vida camponês pode ser considerado como uma espécie de estrutura que combina, modo de produzir e maneiras de pensar a agir sobre as suas próprias condições existenciais. Pois, os modos de vida dos camponeses são dotados de historicidades e caracterizados pelos seus ritmos de existência específica, que se movem, gerando as suas territorialidades. Talvez em função da precariedade dos meios de produção, assim como da aplicação das práticas mais rudimentares ainda de subsistências, utilizadas pelas comunidades camponesas do Amapá, frente a expansão das fronteiras do capital mundial por meio do agronegócio, a estrutura de organização dos camponeses tem enfrentado consequências de dimensões até então incontroláveis. Dentre um dos contrapontos de grande relevância, segundo um informante comunitário, o que mais contribui para a desagregação das comunidades camponesas é porque a maioria dos seus membros são pessoas mais idosas. Essa particularidade contribui para que haja pouca articulação entre elas e os setores de gestão administrativa, em função da própria condição física e mental dos indivíduos, já bem desgastadas, não se apertam com tantas destrezas no que concerne aos enfrentamentos para a supressão das suas demandas.

Descompasso dessa natureza, implica gerar várias fronteiras a ser contornadas pelas comunidades tais como: a pouca condição de infraestrutura de uma vida melhor, pois o que tem de imediato é somente um sistema isolado de água tratada para suprir principalmente a demanda da escola local e da sua comunidade escolar. As pressões sejam financeiras ou de outras naturezas no que se refere a posse, a compra ou a ocupação da terra pelos capitalistas, gerando nesse sentido, facilmente, a desestabilização dos territórios e, em pouco tempo a destruição do modo de vida camponês, o qual tem se equilibrado de maneira sustentável, ao longo da história do campesinato no Amapá. Mas, o sentimento de pertencimento entre os membros das comunidades tradicionais camponesas em relação a propriedade e o usufruto da renda da terra é o principal elo entre ambos, pois este é o bem de maior preciosidade para os camponeses, a terra, que os levam a continuidade da sua permanente luta contra a expansão das fronteiras geradas pelo capital.

A afirmativa pode se justificar por meio do que disse um informante comunitário camponês, quando foi perguntado sobre o que representa a terra aqui para o camponês, a resposta foi “que ela é tudo”, “porque os posseiros se apropriaram das outras terras e eu

consegui a continuar aqui, para criar os filhos e sustentar a família”. Essa declaração demonstra o valor e o significado de ter adquirido parte do território que é coletivo, como um bem que lhes dá o direito a vida em comunidade. Essa convicção corresponde ao conteúdo da ideia de territorialização do modo de vida camponês e, que diz respeito, as interações entre a terra e o mundo dos sentimentos dos sujeitos e, portanto, da sua cultura relacionando-se a um bem que lhes pertence ou a um território que lhes assegura a sobrevivência. Para tanto abdicam seus direitos a partir da utilização de uma estrutura identitária dotada de historicidade a qual se caracteriza pelos seus ritmos de existência específica e, que se movem, gerando a natureza da territorialização e do enfrentamento contrário a expansão das fronteiras do capital a partir do seu modo de vida próprio.

O sentimento de pertencimento das terras adquiridas pelas famílias se justifica em função de que para as comunidades do campo “a atividade mais importante ainda é, a agricultura, porque assegurou e continua sustentando a sobrevivência dos antigos e dos mais jovens moradores, assim como das futuras gerações”, as quais não se pode prever até quando terão a posse e a ocupação das suas terras, como direito de manter o seu modo de vida e as suas identidades. No entanto, conforme percepção de uma moradora da APA do Curiaú, com a chegada de outras famílias com intenções de ocupar as terras, as incertezas sobre a garantia de propriedade dos seus territórios passaram a ser duvidosas, em função das disputas externas e também internas, sobre cada chão de terra envolvendo a participação ou não das comunidades, nos acordos de acomodação de outras famílias.

Essa é uma das questões que já envolvem conflitos internos e externos, porque conforme um informante camponês antigamente até por volta da década de 1967, as comunidades na sua maioria participavam dos eventos culturais principalmente dos afro-descendentes resguardando e mantendo a identidade negra, quilombola de camponês nativo que lhes são de raízes. Com a chegada de outras famílias e com elas novos hábitos socioculturais integrando-os às comunidades camponesas por meio da adesão da maioria das famílias aos rituais evangélicos, a partir de 1968, de acordo com os moradores mais antigos, “começa a haver o início da desagregação de alguns rituais considerados de grande importância para a manutenção e representação do modo de vida e da identidade das comunidades”, passando a substituir as antigas formas de vida, por outros elementos agregados de novos sentidos e significados à realidade dos camponeses do Mel e do Curiaú.

Fronteiras desta natureza podem ser percebidas por ocasião também dos festejos comemorativos entre as famílias, que acontecem durante a primeira semana do mês de agosto de cada ano. Através desses encontros nas várias comunidades e entre comunidades adjacentes, envolvem-se outras igrejas convidadas que conduzem as novas concepções de fé. São eventos que promovem diferentes conflitos aos modos de vida dos camponeses do Amapá. Nesse contexto, algumas tentativas de inclusão dos rituais afro-descendentes, das festas dos santos padroeiros, das histórias contadas pelos mateiros, são ensaiadas e ritmadas por meio de instrumento de cordas, em particular por violão, utilizado pelos mais jovens. Mas, o sentido e o significado desta inclusão ao novo contexto de fé passam a criar certos conflitos, não permitindo a hibridização dos aspectos culturais e tão pouco a sua exclusão propriamente dito. Todavia esse tipo de desagregação do modo de vida dos camponeses passa a existir em função da abrangência ideológica gerada pela expansão das fronteiras do capital. Pois, os conflitos só se amenizam ou se resolvem em parte, principalmente por aquelas famílias ou grupos que detém o poder maior de convencimento espiritual, sobre os coletivos de indivíduos.

Esse participar ou não de territórios diferentes culturalmente e, de transitar politicamente entre as territorialidades, enquanto referência simbólica, pode representar ao final deste movimento cotidiano, a construção e a vivência de um tipo de estrutura que pode ser denominada de multitransterritorialidades, ou seja é a utilização e benefícios sentidos, no cotidiano de vida dos sujeitos, por causa desse “privilegio” em “experenciar” condições diversas, no contexto de um mesmo território, ou de territórios desiguais. Essa combinação de condições mostra que tanto no sentido mais estritamente político de usufruir de dois ou de mais territórios, ao mesmo tempo, quanto no sentido do poder simbólico proporcionado pelas suas condições transidentitárias, demonstram a ambígua condição de ser camponês (quilombola do Mel, do Curiaú) por um lado, praticante de modo de vida próprio e, cultuando os santos enquanto suas entidades de fé e, do outro lado participando e identificando-se como evangélicos. Esse tipo de vivência e de relações são constantes dentre as comunidades camponesas, as quais asseguram o acionar de mais de uma identidade territorial (HAESBAERT e SILVA, 2001, p. 15).

Todavia, a fronteira de maior impacto que paira entre as comunidades camponesas e que determina a geração de outros conflitos internos e também externos ao modo de vida dos

camponeses, é a fronteira de expansão do capital mundial propriamente dito. Esta hipótese pode ser evidenciada, a partir de relatos de informantes afirmando de que, a comunidade surgiu e se desenvolveu contando com o quantitativo a partir de 8 (oito) irmãos, originando 80 (oitenta) netos e 256 (duzentos e cinquenta e seis) bisnetos, atingindo após a união dos demais membros um total de 600 (seiscentas) pessoas descendentes. No entanto, a partir da instalação do agronegócio (silvicultura e grãos), em particular, nas divisas dos territórios das comunidades do Mel e do Curiaú no Amapá, diversos fatores contribuíram à desagregação da estrutura que constitui o modo de vida daquelas comunidades.

Primeiro por falta de conhecimento sobre os impactos gerados pela instalação e expansão das fronteiras por meio do agronegócio, a devastação assustadora de grandes áreas, a utilização dos agrotóxicos conhecidos como venenos pelos camponeses, a agregação ilegítima das suas terras por meio da utilização de diversos instrumentos ilícitos dentre outros fatores, fizeram com que, atualmente sua população conte apenas com pouco mais de 100 (cem) pessoas, a maioria foi para a cidade de Macapá, segundo alguns moradores: "eles deixaram os quilombos em busca de melhores condições de vida, para si e para seus familiares", em especial: melhores condições de moradias, de escolas de melhor qualidade, em busca de atendimento à saúde, para os mais idosos e para as crianças, dentre outras perspectivas de melhorias. Nestas condições percebe-se que o sentimento de ser camponês do tipo quilombola-ribeirinho dentre outras identidades, ainda existe fortemente entre os anfitriões das famílias estudadas, no entanto, os fatores relatados por eles, assim como a indecisão dentre os mais jovens, em expressar suas identidades de raízes, ou de migrarem a outro tipo de organização sócio cultural ou econômica, podem ser decisões que estão gerando também implicações para a desagregação daquelas comunidades.

Nesse sentido, entende-se que a expansão das fronteiras do capital promove a precarização e instabilidade sociocultural do modo de vida dos sujeitos camponeses que passam a conviver, com realidade diferente, daquela constituída por aqueles que constituem o seu território e as suas territorialidades, algo que não é apenas passageiro e provisório, mas, é a construção da sua própria condição de existência, ou seja, é um constante exercício que serve para contornar determinados problemas, o que mais parece um feixe de dificuldades embicando-lhes no contexto da sua contínua existência. Essas condições vividas, por indivíduos em comunidades camponesas, sugerem-nos recorrer ao pensamento de Haesbaert,

quando trata do viver no lide, a partir do entre a multiterritorialidade e do contornamento de determinadas fronteiras/problemas, enquanto territórios dos encontros, dos confrontos e dos desencontros, produzidos por diversos sujeitos e, por seus feitos materiais ou imateriais, ou seja, são espaços em que nos depararmos com o outro, realizamos o movimento mais explícito de (re) definição de nós mesmos – seja pelo aprofundamento do próprio olhar sobre nossa singularidade, seja pela indagação colocada pelo olhar do outro que nos impõe, ao mesmo tempo, contestações, afirmações e relativizações (HAESBAERT, 2011, p. 17).

Outra fronteira resultante da expansão do capital a ser contornada pelos camponeses do Mel e do Curiaú é aquela resultante da instalação do programa minha casa minha vida desenvolvida pelo governo federal e, financiada pela Caixa Econômica Federal - CEF, que não é objeto deste artigo, no entanto, a citação é no sentido de entender a instalação do território e da territorialização do capital, entre as comunidades camponesas, tentando destruir de vez, o modo de vida daquelas comunidades no Amapá. Quando se indagou sobre o programa de moradias do Governo Federal, a resposta foi incisiva proferida por um dos seus membros: “eles, a maioria não vai sair da antiga morada, para ocupar a nova casa proposta e planejada pelo Governo, porque já estão acostumados aqui e, mudaria o cotidiano de vida”. “Para tentar resolver, no entanto, a Associação dos Moradores da comunidade foi chamada, assim mesmo para escolher o local e, assim ficou, do jeito que a diretoria decidiu”. “O projeto teve como meta a construção de 56 (cincoenta e seis) residências, mas, em função de outros fatores que não sei dizer, apenas 48 (quarenta e oito), estão em fase final, a mais de um ano paralisadas sem água e sem energia elétrica”. Percebe-se nesse sentido, que a instalação e a constituição do território do agronegócio, como expansão da “nova e última” fronteira do capital encontra-se recheada de conflitos, que exigem certas habilidades no sentido de contornar as diversas fronteiras existentes entre os camponeses do Amapá.

É assim, o modo de vida constituído pelos camponeses quilombolas da comunidade do Mel e do Curiaú, pois eles têm como instrumento de consolidação dos seus objetivos, o sentimento de pertencimento sobre os territórios onde moram, espaços em que para os moradores e principalmente, para os mais antigos como foi dito, por um informante, ser quilombola camponês “é ter as raízes e as matrizes africanas, assim como a terra como seu principal meio de sobrevivência”. Esse caráter de se assumirem enquanto camponeses

demonstra um estado de reação a territorialização e à expansão das fronteiras do capital por parte dos indivíduos, no que se refere as perdas e as ameaças que rondam o seu território.

Assim como, o receio de ter o direito de posse cerceado da terra e, de perder a “autonomia” se é que tem plenamente direitos as terras, para constituir o seu modo de vida. Os relatos de moradores daquelas comunidades, testemunham que um dos fatores responsáveis pela desestabilização das estruturas camponesas geradas pela expansão das fronteiras do capital mundial pode ser em função de que alguns moradores demonstram interesse em partilhar também do agronegócio, privatizando individualmente suas terras. Esse fator conflitivo proporcionou outra fronteira, em forma de desentendimentos entre as famílias a ser contornada pelos camponeses das comunidades do Mel e do Curiaú, assim como para outras comunidades, no que se refere a regularização, das suas terras no Amapá.

### **A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E MODOS DE VIDA EM COMUNIDADES CAMPONESAS DO MEL E DO CURIAU**

A título de ilustração tomou-se a comunidade do Mel como exemplo para a observação e descrição da sua natureza, pois a comunidade do Curiaú foi pouco explorada, neste artigo aguardando outra oportunidade para desenvolver questionamentos relativos a ela. Todavia, na comunidade do Mel as famílias ainda sobrevivem com base na agricultura de subsistência, a partir dos seus territórios constituídos pela casa da farinha, das roças, da agropecuária diversa e dos aspectos socioculturais vivenciados pelos quilombolas do mel e do Curiaú, os quais são os elementos identitários que se caracterizam e constituem-se como identidade e o modo de vida daquelas comunidades. Pois, manifestam-se a partir da territorialização destes elementos no espaço camponês, ou seja, a utilização destes elementos como uma espécie de estruturas próprias desenvolvidas pelas comunidades capazes e indispensáveis a consolidação da posse e do uso do espaço, entre os indivíduos e o mundo dos sentimentos de pertencimento, em relação a terra.

Tal estrutura é utilizada como mecanismo de enfrentamentos desenvolvida por camponeses tradicionais que ainda tem se mostrada impactante frente a territorialização do capital e da expansão das suas fronteiras, porque o agronegócio vem se expandindo no Brasil de maneira voraz em todas as suas regiões, ocupando terras indígenas, expulsando camponeses e monopolizando novos territórios, para a reprodução ampliada do capital. No

Estado do Amapá este processo também ocorre e tem mostrado a sua intensificação notadamente nas últimas décadas, a partir do diálogo de interesses recíprocos entre os capitalistas, os quais asseguram o estreitamento nas alianças constituídas entre o Estado e o capital, permitindo a adoção de políticas que beneficiam os latifundiários. Projetos políticos que difundem a territorialização do capital por meio do discurso do desenvolvimento sustentável, tendo como comando maior o agronegócio como um dos principais instrumentos de apropriação das condições e dos modos de vidas das comunidades camponesas do Mel e do Curiaú. O modelo de sustentabilidade conforme as propostas neoliberais são as condições necessárias, inclusive para a segurança alimentar no mundo, em detrimento da pequena produção de subsistência. Podendo então falar de uma agricultura científica-globalizada (CASTILLO, 2007. p. 35/36 ).

Todavia, o constante retorno mínimo de produção aos agricultores, levaram aquelas comunidades a uma certa reação frente a instalação do capital a lutarem por melhores e mais sofisticados mecanismos de produção agropecuária inclusive da farinha e dos seus derivados. Vezes que a territorialização destes elementos dentre os modos de vidas camponeses são importantes e responsáveis também pela consolidação das intenções da maioria das famílias, a demonstrarem interesse, em realizar parceria entre o governo do Estado do Amapá e a Associação dos Moradores das comunidades, resultando como consequências, a construção e a entrega da casa da farinha em novembro de 2013, aos agricultores das comunidades do Mel e do Curiaú. Ações desta natureza caracterizam-se como uma das formas de territorialização do capital, em função de que o acordo entre o poder público e as comunidades é um dos mecanismos que contribuiu para promover a tal subsunção do modo de vida dos camponeses e a ampliação da exploração da força de trabalho por meio da mecanização em parte, da produção da farinha e dos seus derivados.

De maneira mais clara é importante mostrar que a estratégias de cooperação, entre Governo e comunidades, sobre a casa de farinha, ou fabriqueta de farinha é uma manobra em forma de territorialização do capital, ou seja, é um certo “jeito” de disseminação, de investimentos e de aplicação do capital agrícolas em fronteiras diversas, por meio do agronegócio submetendo o modo de vida das camponeses aos seus desígnios e ordenamentos. Do mesmo modo, foi também considerada por muitos dos seus usuários, como uma manobra comandada pelo Governo do Estado, no sentido de amenizar os conflitos vivenciados pelos

camponeses, em função da pouca e insuficiente infraestrutura daquele ambiente de produção, para atender as demandas satisfatórias das comunidades. No entanto, para uma parcela de camponeses do Mel e do Curiaú, no sentido de ganhos em melhorias e aperfeiçoamento da farinha e dos seus derivados, “está de bom tamanho”. Porém, demonstra um certo equívoco na essência, em que historicamente sempre foi determinada a natureza da territorialização de um território em comunidades tradicionais, tanto quanto da territorialização do capital, em território de produção em larga escala. Nesse sentido as ações estruturais desenvolvidas tanto por atores do capital, quanto proferidas por camponeses são formas de territorialização do capital mundial ou de instâncias que constituem o modo de vida de comunidades tradicionais.

Partindo do entendimento, de que o modo de vida das comunidades quilombolas é gerido, a partir da pequena produção de subsistência, o mesmo passam a apresentar-se eivados de peculiaridades, as quais interligadas entre si constituem a estrutura basilar de existência dos quilombos descritas como forma ilustrativa, a partir de um dos seus territórios/territorialização representado desta feita, pela casa da farinha: de tamanho, 13 (treze) metros de frente por 25 (vinte e cinco) metros de fundo, pois os meios de produção que compõem o ambiente é constituído pela seguinte estrutura: 01 (um) forno elétrico para torrar, 02 (dois) fornos manuais também para torrar a farinha, 01 (uma) peneira manual, para separar a massa grossa (denominada de crueira) da massa fina (transformada em farinha propriamente dita), um (01) depósito para esfriar a farinha depois de torrada, 01 (uma) prensa manual e 03 (três) tipitis para espremer e retirar o tucupi, 01 (uma) prensa elétrica, 01 (um) caititu elétrico, 01 (uma) peneira elétrica, 01 (um) triturador de mandioca e 06 (seis) ralos para triturar mandioca.

Com essa estrutura, para que seja produzido a farinha e os seus derivados, há a necessidade da ação de pelo menos 05 (cinco) homens e 03 (três) mulheres para o processo de torração. Além de 03 (três) mulheres a mais, para o processo da descascação das raízes. A fábrica possibilita produzir em média 15 (quinze) sacos de farinha por dia. Lembrando que é durante o processo de escaldação (uma das fases de torração da farinha), que se definirá, se vai produzir uma farinha grossa ou fina, ou ainda de boa qualidade alimentar, isso depende também da habilidade de quem está torrando a farinha, assim como da altura do fogo.

A organização familiar nas atividades diárias, como territorialização dos modos de vida comunitários, indicam que são práticas de cunho coletivo-familiar, imperando dentre os

territórios camponeses. Todavia, de acordo com relato de um dos moradores, existem também outras formas de cooperação ou parcerias entre as famílias, no sentido de reforçar e ampliar o quantitativo de indivíduos e das suas forças de trabalho. Por exemplo, durante a preparação das roças tais como: na fase de brocagem, a qual precisa desmatar a vegetação de pequeno e de médio porte; na fase da derrubada da vegetação de grande porte; na etapa das queimadas, a qual acontece principalmente na Região Norte, entre os meses de setembro a outubro de cada ano, momento em que, os cuidados com os incêndios precisam ser redobrados e por fim, a fase de encoivarar, aquele momento da retirada dos restos de árvores, os quais o fogo não deu conta de destruí-los, notadamente os maiores troncos, caule e os galhos.

Dependendo do tamanho da roça: a fase do plantio muitas vezes conta somente com a participação dos familiares e parentes mais próximos. Assim como, a manutenção da roça limpa, durante o período de crescimento das plantas, também na maioria dos casos conta somente com a força de trabalho dos membros das famílias e por fim, dependendo do tipo da planta, as fases que mais precisam de um número considerável de pessoas para a execução da colheita são: a colheita do arroz, da mandioca e a da melancia, as demais colheitas são mais efetivamente realizadas por membros de cada família. Essas são características que ainda se revezam, dentre o modo de participação das famílias, nas atividades coletivas entre os camponeses quilombolas do Mel e do Curiaú. Recordando que durante a fase de fabricação da farinha, muitas famílias buscam auxílios nas estratégias de parcerias entre si, porque é aquele momento de expectativa em alcançar o máximo do quantitativo na produção e em seguida da venda do produto, em que as famílias agricultoras, são recompensadas socioeconomicamente, a partir do seu intenso e “sacrificoso” trabalho, as quais resistem as duras penas ao seu modo, contrários a expansão do capital em favor do seu modo de vida tradicional.

Nestas condições os territórios da casa da farinha e das roças dos quilombolas do mel e do Curiaú, são os elementos em destaque além de outros, que caracterizam e constituem a identidade e o modo de vida das comunidades nos campos do Amapá, manifestadas a partir da posse e do uso da terra, enquanto um bem que diz respeito as interações e ao mundo dos sentimentos de pertencimento evocado pelos sujeitos, os quais são capazes de constituir e manifestar a sua identidade, nos espaços constituídos pelos seus territórios, frente a expansão do capital. São desta feita, mecanismos que compõem o imaginário social e cultural do território dos camponeses, como elementos em que Castro considera ser “o cimento da

coerência deste imaginário, por tornar visível e interpretável os simbolismos presentes nas relações dos homens entre si e com o seu meio, todavia materializando-se nos diferentes modos de organização socioespacial” (CASTRO, 1997, p. 155).

Notam-se também que a estrutura indentitária dos camponeses, não se constituem apenas por consensos entre os sujeitos, mas, na maioria dos casos, por dissensos, nos modos de pensar e de agir dos indivíduos, em detrimento dos diferentes interesses das comunidades tradicionais. Conflitos notados, a partir da própria posição tomada pela União dos Negros do Amapá (UNA), quando postergou 05 (cinco) anos, para proporcionar um espaço para desenvolver os rituais e as práticas culturais praticadas pela comunidade quilombola do Mel, ao perfil da gestão maior dos quilombolas do Amapá. Isso porque a maioria dos membros da comunidade interessada decidiu integrar um outro segmento cultural adepto ao evangelho-presbiteriano. Integração essa que segundo a diretoria da UNA, seus membros, não mais expressavam os aspectos culturais de uma comunidade quilombola, em particular a cultura do Marabaixo, simbólico do Amapá. A fala de um dos moradores, pode asseverar melhor a afirmação, quando foi perguntado: como eles mantinham as suas identidades culturais? A resposta foi de que, “já está um pouco complicado, porque, os pensamentos dos Ministérios de fé são diferentes um dos outros”. Isso significa mesmo, o potencial das expressões ideológicas dissolvidas por meio da fé, no sentido de realinhar os camponeses e/ou as organização sociais aos ditames do ordenamento do capital mundial.

Esta justificativa demonstra os argumentos utilizados pelos ministérios evangélicos, ao que se refere ao controle sociocultural e ideológico que deve ser diluído ao cotidiano das famílias que já aderiram essa forma de relação sociocultural por meio das manifestações espirituais, numa perspectiva de que pode ser possível a migração e a interação dos indivíduos camponeses para outros territórios, participando de novas territorialização do conhecimento teológico, entre os membros das comunidades. Para atingir esse estágio de novos encontros e desencontros dos iguais e dos diferentes, enquanto fronteiras a serem contornadas, foi necessária uma adequação nos mecanismos rituais, começando pelos cânticos musicais, na utilização dos modelos dos vestuários, assim como na restrição da participação dos indivíduos em determinados tipos de eventos costumeiros, como forma de expressar a organização das comunidades que anteriormente a essa “migração de modo de vida” dos quilombolas sempre

foi comum. Observa-se que são tipos de conflitos que geram várias fronteiras e que necessitam de muitas habilidades, a serem contornadas entre esses segmentos sociais.

Para fragilizar ainda mais, a estabilidade do modo de vida dos camponeses, nos últimos anos, instalam-se a “última fronteira” de expansão do capital, por meio do agronegócio representado pelo plantio e expansão de grãos da soja, do milho e do arroz, tendo como limite de separação, as terras pertencentes a duas comunidades: a comunidade do Mel e a comunidade do Curiaú, onde a primeira comunidade, a penas a Rodovia BR 156, na altura do km 30, separa o agronegócio, das atividades tradicionais camponesas. Pois a segunda, encontrando-se sobreposta, enquanto Área de Preservação Ambiental (APA), passa a ser ameaçada, em função das disputas pela terra. Como se trata de comunidades rurais, localizada como fronteira à instalação do plantio de grãos (da soja, do milho, do arroz) elas apresentam alguns desafios peculiares que merecem atenção ao estudá-las como territórios de fronteiras de expansão do capital mundial,

Pois, um dos mais importantes desafios é a resistência dos indivíduos em permanecer na terra, assim como a luta pela garantia da sua identidade, fazendo parte do seu cotidiano, porque no contexto das disputas pela hegemonia do capital e pelos direitos a terra, estão em jogo os espaços dos encontros, dos desencontros, da afirmações, dos receios, dos conflitos, do trabalho e até das festas como rituais identitários, ou seja, são estudos que requerem uma breve análise sobre comunidades rurais, dentro de um contexto geográfico, sustentada numa base físico-territorial, nas relações socioeconômicas e culturais, nas relações de vizinhança e na identidade (MORETTI & MARIANI, 2015, p. 280), no sentido de contribuir para a continuidade da territorialização dos territórios dos camponeses, frente as reinvenções do capital.

Quando em conversas informais com um dos os líderes comunitários (o qual não é o mais importante) “fomos informados, de que “a presença da lavoura da soja é um perigo constante para a comunidade, para o ambiente e em particular para a apicultura, porque no entendimento dos agricultores, a soja, é produzida a base de veneno”, “sendo que por enquanto, é esse o maior problema”. Refere-se a apicultura porque é um dos projetos que segundo eles pode ser uma das formas de melhorar as condições de vida das famílias do campo, mas, com a presença da soja, as possibilidades de produção de mel de abelhas *in-natura*, pode ser abortado.

Um informante diz que: “a presença da monocultura em larga escala, em função do pouco conhecimento sobre determinado tipo de negócio, em particular do plantio de grãos por um lado, impõe muitas dúvidas aos indivíduos que moram e que desenvolvem um modo de vida sobre a égide de uma produção de subsistência”. Por outro lado, longe ainda, de manterem o controle e a posse da produção suficiente para assegurar a manutenção auto-suficiente das comunidades, assim como dos meios de produção e das tecnologias avançadas, passam a submeter-se aos ditames do capital. Todavia, existem algumas famílias que expressam curiosidades e interesses em aderir o modo de produção “moderna” e que seja possível a utilização dos “novos” mecanismos de desenvolvimento da agricultura capazes de aumentar o volume da produção e do capital investido pelas comunidades tradicionais do campo.

O impasse aos poucos, passa a consolidar-se aos territórios dos camponeses tradicionais como mecanismo de uso e posse da terra, pois, mesmo as famílias, não tendo clareza sobre os benefícios ou sobre os riscos que essa “nova forma de utilização da terra possa gerar”, porque as comunidades camponesas, assim como suas organizações, não podem ser constituídas e entendidas somente a partir da lógica da produção capitalista, mas, também da lógica sustentável, a partir do seu modo próprio de produção. Alertam-se para que seja possível perceber as diversas concepções e os diversos modos de compreender as formas de organização dos camponeses, em particular das comunidades do Mel e do Curiaú, as quais margearam mais plausivelmente a visão ressignificadas por Almeida (2010) quando demonstra que:

“Quilombo na nova visão não é apenas uma tipologia de dimensões, atividades econômicas, localização geográfica, quantidade de membros e sítio de artefatos de importância histórica. É uma comunidade e, como tal, passa a ser uma unidade viva, um *locus* de produção material e simbólica. Institui-se como um sistema político, econômico, de parentesco e religioso que margeia ou pode ser alternativo à sociedade abrangente” (ALMEIDA, 2010, p. 119).

Por conta disso, não é possível mais ver, conviver e aceitar de forma apática, a territorialização do capital dentre os modos de vida em comunidades camponesas, porque, o capital tem por finalidade a descaracterização dos modos de vida tradicionais, pois utiliza de diversos mecanismos de controle hegemônico, a propósito de submetê-las, as imposições e ao controle dos direitos consuetudinários sobre a posse da terra, do território e do uso e usufruto dos produtos de subsistência destas comunidades. Os quais são chamados por Almeida de “espaços de vida, de superstição, de ritos e de cultos que compõe um único

universo” (ALMEIDA, 1992, p. 44). Talvez em função destas alertas, o debate nesse artigo tenha evidenciado sempre uma preocupação maior: a permanência das comunidades camponesas tradicionais do Amapá, frente territorialização e a expansão das fronteiras do capital, em particular a permanência dos quilombos do Mel e do Curiaú constituídos a partir do seu modo de vida específico, como instrumento de enfrentamentos a outras formas de organização socioideológica e cultural.

Assim, compreender os significados e as implicações, geradas pela territorialização do capital mundial e pela expansão das fronteiras do agronegócio no Amapá, tanto para o capital, quanto para os modos de vida dos camponeses é constituir e municiar-se de fatores sobre os quais cabe a geografia agrária e cultural primeiramente, conduzir os seus esclarecimentos, porque conforme Corrêa (2012, p. 137), “são construções intelectuais que visam dar sentido as diversas esferas da vida”. Isso significa que, ao compreender os significados criados por nós e pelos outros é construir um conhecimento mais profundo de um dado aspecto da realidade, além do conhecimento da sua organização, da sua constituição e da sua estrutura, ou seja, os significados são os fundamentos últimos de todo tipo de conhecimento, nesse caso trata-se das potencialidades desenvolvidas pelas comunidades camponesas. Portanto, de constituição própria, de aplicabilidades estratégicas e de implicação profundas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O artigo em questão deflagrado sobre comunidades tradicionais: as lutas/desafios por território, territorialidades e modo de vida na resistência da expansão das fronteiras do capital pelos camponeses do Amapá, foi produzido acompanhado de preocupações diversas, no sentido de superar a incisão entre territórios material e território imaterial, tornando-os como diferentes, mas, nas mesmas condições de importância, tanto no que diz respeito aos interesses do modo de produção capitalista, quanto de evitar a supressão dos modos de vidas e dos interesses dos camponeses, pois este enquanto estrutura resultante dos padrões socioculturais desenvolvidos pelas comunidades, tal qual como condição essencial e base para a compreensão de suas especificidades.

Nesse sentido foi percebido que os aspectos socioculturais desenvolvidos pelas comunidades do Mel e do Curiaú, é o principal fator que proporciona a inscrição das ações dos indivíduos no território, deixando as suas marcas pela história e pelo trabalho dos seus

sujeitos, numa constante luta em defesa da conquista das suas demandas materiais e imateriais. Pois suas grafias podem ser entendidas como os processos resultantes do modo de organização das comunidades, utilizadas como instrumentos de promoção das resistências, das intervenções e das estratégias também utilizadas na apropriação, no controle e na manutenção dos seus espaços, ante a territorialização do capital e a expansão das fronteiras de desagregação dos seus territórios.

Foi também constatado que a presença do agronegócio em território camponês proporciona diversas consequências negativas às comunidades tradicionais tais como: espaços de conflitos, de interesses contrários e de interesses comuns, dentre os quais representados sutilmente pelo Estado, por meio da Fundação Cultural Palmares, dos Ministérios, dos Municípios, da Prefeitura, da autarquia (INCRA) e da Sociedade civil, representada pelos líderes das Associação dos moradores das comunidades. Com raríssimas interferências, a presença de instituições de pesquisa, quando no máximo, realizam-se visitas esporádicas como aulas de campo ou interesses em conhecer a comunidade.

A presença destas instituições que até certo ponto “assistem aos interesses dos camponeses”, também as fazem em função dos seus objetivos que em muitas ocasiões podem ser colocados em cheque e, que se divergem um dos outros, nas perspectivas das suas demandas. Por conta destas ações é que os territórios dos camponeses o qual agrega os quilombos em particular do Mel e do Curiaú, precisam ser compreendidos, portanto, como espaços fundamentalmente multidimensionais, nos quais se criam e se recriam as condições de sobrevivências dos sujeitos, dos seus valores, das práticas culturais e sociais e das suas formas de economia, as quais lhes são próprias.

E, portanto, neste artigo tratou-se de compreender e descrever um território camponês dotado de historicidade caracterizado pelo seu ritmo de existência específica, que se move a partir dos modos de vida das suas comunidades sejam, quilombolas, mateiros, ribeirinhos dentre outros territórios produzidos por segmentos sociais e, utilizados para a constituição da territorialização das suas ações. Nessa perspectiva as dinâmicas que se constituíram direcionaram-se, para alguns aspectos tais como: criar e manter os traços que asseguram os indivíduos camponeses a fazer frente, a instalação e ao avanço do agronegócio, ou constituir-se como um território híbrido, buscando inserir-se, no mundo moderno. De modo em que as reais situações em que se deparam os camponeses frente a expansão do capital, necessitam de

atenção, monitoramento e de acompanhamento sobre as ações e os efeitos gerados pelo agronegócio no Amapá, considerado a “última fronteira” de atuação do capital mundial.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA**, Maria Geralda de. Dilemas Territoriais e Identitários em Sítios Patrimonializados: **Os Kalunga de Goiás**. 27ª Reunião Brasileira de Antropologia, Belém, 1 a 4 de agosto de 2010.
- ALMEIDA**, Maria Geralda de. Geografia cultural e geógrafos culturalista. **Uma leitura francesa**. São Paulo, XX Encontro Nacional da AGB, 1992.
- ALMEIDA**, Maria Geralda de. Territorialidades, Representações do Mundo Vivido e Modo de Significar o Mundo. **Uma leitura etnográfica do Brasil sertanejo**. Salvador, EDUFBA, 2008.
- ALMEIDA**, Maria Geralda de. Fronteiras, territórios e Territorialidades. **Mesa redonda Território e identidade**, IV Simpósio Nacional sobre Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, UERJ, NEPEC, 2005.
- ALMEIDA**, Maria Geralda de. Fronteiras, territórios e Territorialidades. **O Lago da UHE da Serra da Mesa**. Campinaçu, 2005
- CASTRO**, GOMES & CORRÊA (Orgs). Imaginário Político e Território. **Natureza, regionalismo e representação**. In: Explorações geográficas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.
- CORRÊA**, CASTRO & GOMES (Orgs). **Espaço e Simbolismo**. In: Olhares Geográficos. Modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.
- FRAGA**, Nelson Cesar (org.). Territórios e Fronteiras. **Arranjos e perspectivas**. Florianópolis, insular, 2011.
- HAESBAERT**, Rogério. Viver no Limite. **Teritório e Mult/transterritorialidade em Tempos de In-segurança e conteção**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2014.
- MORETTI**, Edvaldo Cesar & **MARIANI**, Milton Augusto Pasquotto (Orgs.). Estudos Fronteirios. **Desafios, perspectivas e práticas**. MS, ed. UFMGS, 2015
- SAQUET**, Marco Aurélio. **Abordagem e concepções de território**. Exp. Popular, 2007.